

1º BOLETIM DE DADOS DE FEMINICÍDIO NO PIAUÍ

“ O que não se mede,
não se enfrenta. ”



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ



SUPERINTENDÊNCIA
DE CIDADANIA E
DEFESA SOCIAL



SECRETARIA
DA SEGURANÇA PÚBLICA
SSP-PI



BASTA!



FICHA TÉCNICA
1º BOTELIM DE DADOS DE FEMINICÍDIO NO PIAUÍ
ANO 2026

Teresina, Piauí, março de 2026

Governador
Rafael Tajra Fonteles

Secretário de Segurança Pública
Antônio Luiz Soares Santos

Superintendente de Operações Integradas
Matheus Lima Zanatta

Superintendente de Cidadania e Defesa Social
Brenda Alves de Carvalho

COMANDO DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO
Coronel Maria Elizete De Lima Silva Segunda

COORDENADORA PATRULHA MARIA DA PENHA
Major Carmen Célia Da Silva Neves

Equipe técnica

Coordenadora Sala Lilás
Francisca Nayara Abreu Marques

Assistente Social Sala Lilás

Ana Kely da Silva Braga

Psicóloga Sala Lilás

Glenda Gabriely Barroso Fontinele

Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher – NEVIM

Malena Araújo Alves de Lima

Coordenadora de Transparência e Auditoria de Dados

Patrícia Medeiros

Gerente de Análise Criminal e Estatística

João Marcelo Brasileiro de Aguiar

Gerente de Dados Cartográficos

Samuel Anderson da Silva

Colaboração

Mariana Pereira Soares (PPGS/GEPEFEM/UFPI)

Marieli da Silva Resende (PPGS/ GEPEFEM /UFPI)

Rossana Maria Marinho Albuquerque (PPGS/ GEPEFEM/UFPI)

Tathyana Moreira Lima Bernardes (PPGS/ GEPEFEM/UFPI)

ESTRUTURA DO BOLETIM

1 - APRESENTAÇÃO

2 - METODOLOGIA

3 - RESULTADOS

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

5 - PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA
A MULHER NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: A EXPERIÊNCIA
DA SALA LILÁS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

APRESENTAÇÃO

É com o compromisso de dar visibilidade e subsidiar políticas públicas baseadas em evidências que a **Secretaria de Segurança Pública do Piauí (SSP-PI)** apresenta o **I Boletim de Dados do Femicídio**. Este documento é fruto de um esforço integrado e viabilizado pela **Gerência de Análises Estatísticas (GACE)** e a **Superintendência de Cidadania e Defesa Social (SUCID)**. O boletim vai além dos números: ele oferece uma análise científica e qualificada graças à colaboração técnica do **Grupo de Pesquisas em Violências de Gênero e Femicídios (GEPEFEM/UFPI)** e da **Sala Lilás (UFPI)**, que se torna indispensável, permitindo que a estatística descritiva avance para uma compreensão das dinâmicas de gênero subjacentes aos crimes letais no Piauí.

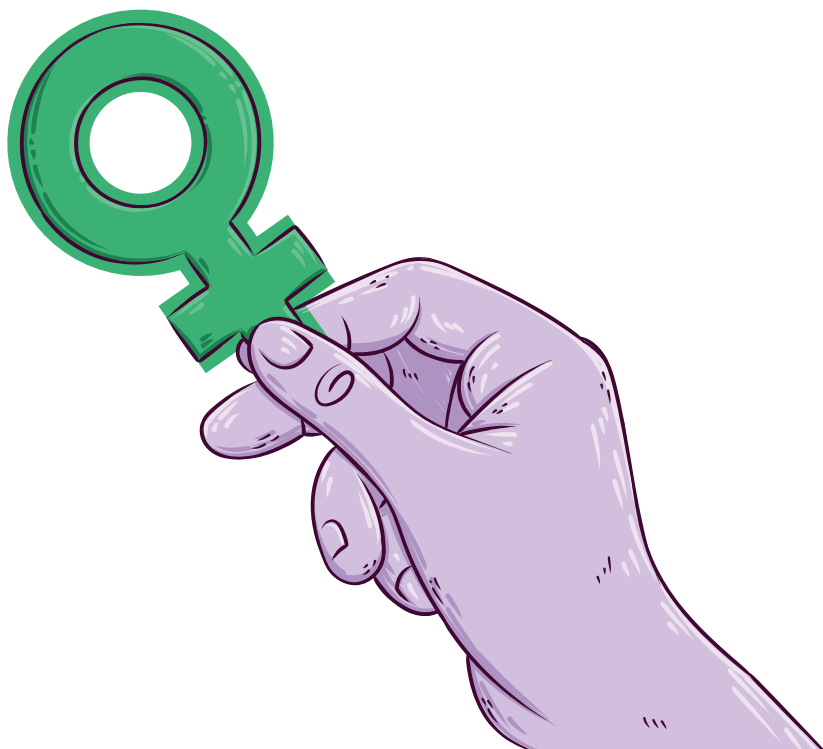
O objetivo central desta publicação é sistematizar e diagnosticar os indicadores de feminicídio no estado, identificando padrões sociodemográficos, variáveis de tempo e espaço e os perfis de vulnerabilidade de vítimas e agressores. Ao integrar o saber acadêmico à base de dados da segurança pública, o boletim busca mitigar subnotificações e aprimorar a precisão das tipificações penais, oferecendo um panorama fidedigno que serve de justificativa para a formulação de políticas públicas de prevenção e enfrentamento. Trata-se de uma ferramenta de investigação que visa converter números brutos em evidências científicas capazes de orientar a rede de proteção às mulheres e o sistema de justiça criminal.

Em última análise, este primeiro boletim consolida um marco na produção de inteligência social no estado, reforçando a importância da intersectorialidade no combate à violência de gênero contra as mulheres. A análise integrada entre Estado e Universidade reafirma o compromisso com a produção de conhecimento crítico e atualizado, essencial para o desenvolvimento de estratégias de intervenção e ações de prevenção que visem a redução das taxas de mortalidade feminina. Com esta publicação, as instituições envolvidas entregam à sociedade civil e aos gestores públicos um diagnóstico robusto que pretende fundamentar o planejamento de ações transversais de segurança e defesa social em todo o território piauiense.

METODOLOGIA

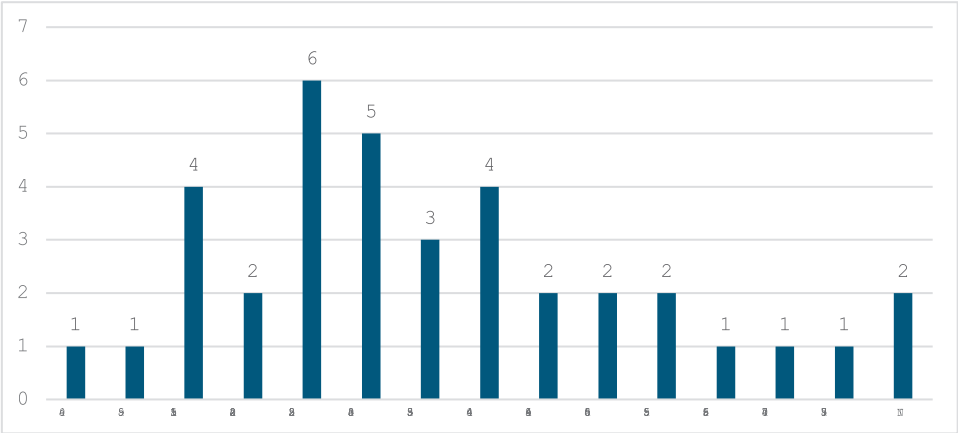
Os dados utilizados nesta análise foram extraídos do Sistema de Mortes Violentas Intencionais (SISMVI), mantido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí (SSP-PI). Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem quantitativa, com recorte transversal, referente aos casos de feminicídio registrados no estado do Piauí ao longo do ano de 2025. A unidade de contagem adotada é a vítima, de modo que cada registro corresponde a uma mulher vitimada. Após a extração, os dados foram organizados e tabulados em banco de dados intermediário no software Microsoft Excel, onde passaram por etapas de limpeza, padronização e categorização das variáveis.

A análise estatística descritiva — contemplando distribuições de frequência absoluta e relativa, cruzamentos entre variáveis e identificação de padrões — foi conduzida no software Jamovi, uma plataforma de análise estatística de código aberto baseada na linguagem R. As variáveis analisadas incluem: faixa etária, cor da pele, vínculo entre vítima e autor, tipo de local do crime, dia da semana e período do dia, meio/instrumento utilizado, existência de medida protetiva e de boletim de ocorrência prévio, município e território de desenvolvimento, além de distribuição mensal e cruzamentos entre variáveis selecionadas.



RESULTADOS

GRÁFICO 01 – Faixa etária das vítimas

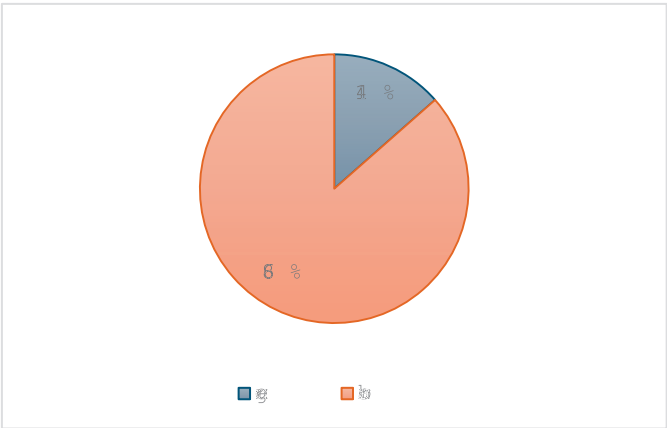


FONTE: SSP-PI

A análise da faixa etária das 37 vítimas de feminicídio no Piauí em 2025 revela que a maior concentração de casos ocorre entre mulheres de 25 a 29 anos, com 6 ocorrências (16,22%), seguida pela faixa de 30 a 34 anos, com 5 casos (13,51%). As faixas de 15 a 19 anos e 40 a 44 anos aparecem empatadas com 4 casos cada (10,81%).

Na outra extremidade, mulheres acima de 65 anos também figuram entre as vítimas, com 3 casos nas faixas de 65 a 79 anos.

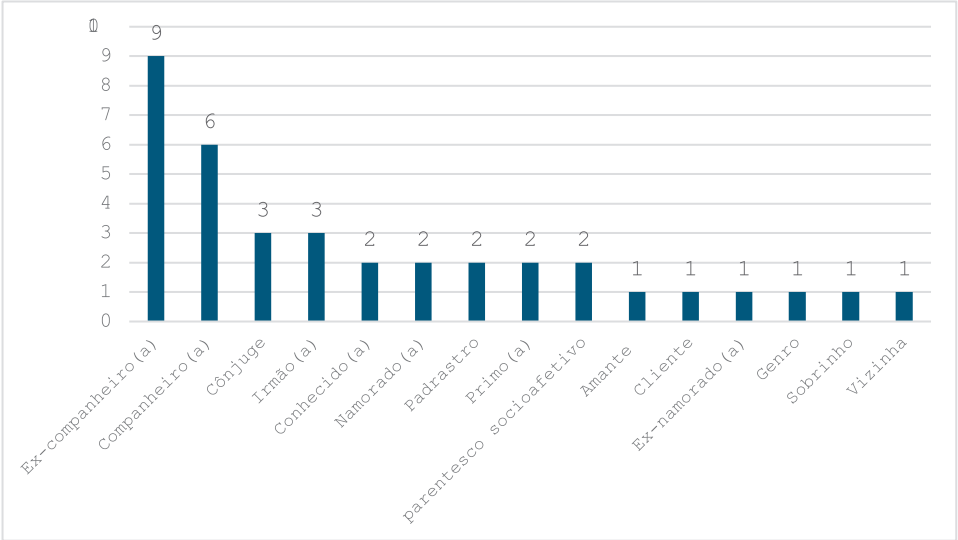
GRÁFICO 02 – Faixa etária das vítimas



FONTE: SSP-PI

Os dados sobre a cor da pele das vítimas expõem uma realidade de profunda desigualdade racial no feminicídio piauiense. Das 37 vítimas, 29 eram pardas (78,4%) e 3 eram pretas (8,1%), o que significa que mulheres negras (pardas + pretas) representam 86% do total de vítimas — 32 dos 37 casos. As mulheres brancas correspondem a apenas 5 casos (14%).

GRÁFICO 03 – Vínculo autor e vítima



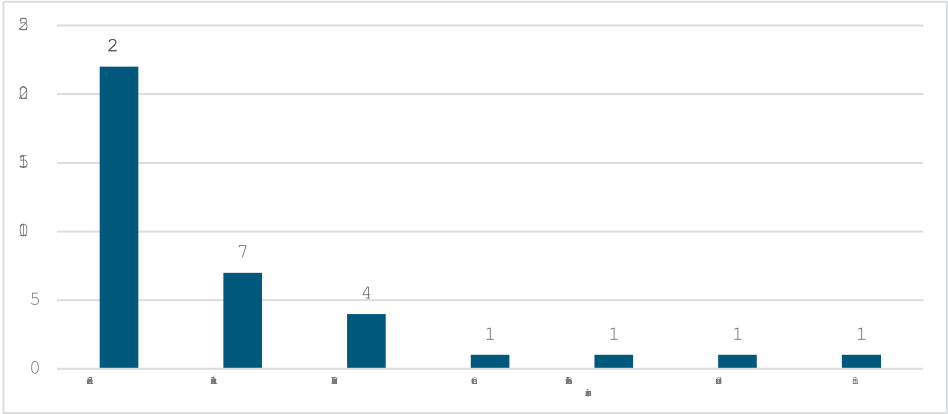
FONTE: SSP-PI

A análise do vínculo entre autor e vítima destaca o caráter predominantemente doméstico e íntimo do feminicídio. Os ex-companheiros lideram com 9 casos (24,3%), seguidos por companheiros atuais com 6 casos (16,2%) e cônjuges com 3 casos (8,1%).

Somando-se parceiros íntimos atuais e anteriores (ex-companheiro, companheiro, cônjuge, namorado, ex-namorado e amante), chega-se a 22 casos, representando 59,5% do total. Isso significa que quase 6 em cada 10 feminicídios foram cometidos por parceiros ou ex-parceiros.

Os vínculos familiares também são: irmãos (3 casos), padrastos (2 casos), primos (2 casos), genro (1 caso) e sobrinho (1 caso) somam 9 ocorrências (24,3%).

GRÁFICO 04 – Local do Crime



FONTE: SSP-PI

A residência é o local predominante dos feminicídios, concentrando 22 dos 37 casos (59,5%). A área rural aparece em segundo lugar com 7 casos (18,9%), seguida pela via pública com 4 ocorrências (10,8%). Os demais locais — centro urbano, estabelecimento comercial, povoado e rio — registraram 1 caso cada (2,7%).

TABELA 01 – Tabela de referência cruzada cor da pele e faixa etária

FAIXA/COR DA PELE	Branca		Parda		Preta	
	N	%	N	%	N	%
0 a 4		0,00%	1	3,45%		0,00%
5 a 9		0,00%	1	3,45%		0,00%
15 a 19	1	20,00%	2	6,90%	1	33,33%
20 a 24		0,00%	2	6,90%		0,00%
25 a 29	1	20,00%	5	17,24%		0,00%
30 a 34	3	60,00%	2	6,90%		0,00%
35 a 39		0,00%	2	6,90%	1	33,33%
40 a 44		0,00%	4	13,79%		0,00%
45 a 49		0,00%	2	6,90%		0,00%
50 a 54		0,00%	2	6,90%		0,00%
55 a 59		0,00%	1	3,45%	1	33,33%
65 a 69		0,00%	1	3,45%		0,00%
70 a 74		0,00%	1	3,45%		0,00%
75 a 79		0,00%	1	3,45%		0,00%
NI		0,00%	2	6,90%		0,00%
TOTAL	5	100,00%	29	100,00%	3	100,00%

FONTE: SSP-PI

O cruzamento entre faixa etária e cor da pele aprofunda o entendimento do perfil das vítimas. Entre as mulheres pardas (29 vítimas), a distribuição etária é mais ampla e abrange todas as faixas, com concentração entre 25 e 29 anos (5 casos, 17,24%) e 40 a 44 anos (4 casos, 13,79%). As mulheres brancas (5 vítimas) concentram-se nas faixas de 30 a 34 anos (3 casos, 60%) e, em menor grau, entre 15 a 19 e 25 a 29 anos.

TABELA 02 – Tabela de referência cruzada dia da semana e turno

dia da semana/período do dia	Madrugada	Manhã	Tarde	Noite	total_dia da semana
domingo	2,70%	10,81%	13,51%	0,00%	27,03%
segunda-feira		2,70%	2,70%	10,81%	16,22%
terça-feira	2,70%	2,70%	5,41%	2,70%	13,51%
quarta-feira		5,41%	10,81%	0,00%	16,22%
quinta-feira	0,00%	2,70%	0,00%	0,00%	2,70%
sexta-feira	0,00%	8,11%	0,00%	0,00%	8,11%
sábado	0,00%	0,00%	8,11%	8,11%	16,22%
total_período do dia	5,41%	32,43%	40,54%	21,62%	100,00%

FONTE: SSP-PI

A distribuição temporal dos feminicídios revela padrões importantes. O domingo é o dia com maior incidência de casos, concentrando 10 dos 37 casos (27,03%), seguido por segunda-feira e sábado, ambos com 6 casos (16,22% cada), e quarta-feira, também com 6 casos (16,22%). Quinta-feira registrou apenas 1 caso (2,70%) e sexta-feira 3 casos (8,11%). Quanto ao período do dia, a tarde é o momento de maior incidência, com 15 casos (40,54%), seguida pela manhã com 12 casos (32,43%) e pela noite com 8 casos (21,62%).

TABELA 03 – Tabela Meio/Ação utilizado

Meio/Ação utilizado no fato	N	%
Arma Branca	14	37.8%
Arma de Fogo	7	18.9%
Envenenamento	4	10.8%
Outros	3	8.1%
Objeto Contundente	2	5.4%
Aguardando Determinação	1	2.7%
Esganadura	1	2.7%
Espingarda	1	2.7%
Estrangulamento	1	2.7%
Faca	1	2.7%
Fio Elétrico	1	2.7%
Veículo	1	2.7%
Total	37	100%

FONTE: SSP-PI

A arma branca é o instrumento mais utilizado nos feminicídios, responsável por 14 dos 37 casos (37,8%). A arma de fogo aparece em segundo lugar com 7 casos (18,9%), seguida pelo envenenamento com 4 casos (10,8%).

TABELA 04 – A vítima possuía medida protetiva.

Há medida protetiva?	N	%
Não	33	89.2%
Sim	4	10.8%

FONTE: SSP-PI

Das 37 vítimas, 4 possuíam medida protetiva vigente (10,8%), enquanto 33 não tinham a medida (89,2%).

TABELA 05 – Existência de boletim de ocorrência contra o agressor

Há BO da vítima contra o autor?

N %

Não	29	75.7%
Sim	8	2.7%

FONTE: SSP-PI

Em 29 dos 37 casos (78,4%), a vítima não havia registrado boletim de ocorrência contra o autor.

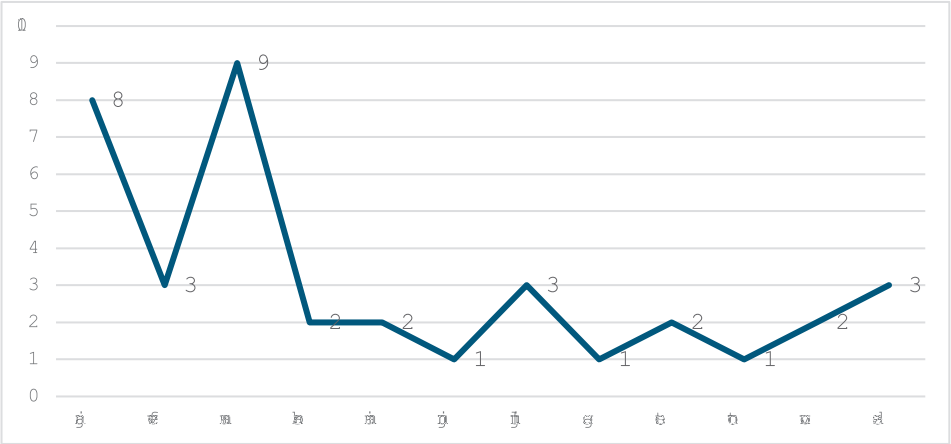
TABELAS 06 e 07 – Distribuição espacial dos feminicídios no PI

Cidade do fato	N	%	TERRITÓRIO	N	%
Teresina	9	24.3 %	Entre rios	11	29,73%
Parnaíba	6	16.2 %	Vale do Rio Guaribas	7	18,92%
Dom Expedito Lopes	2	5.4%	Planície Litorânea	6	16,22%
Alagoinha do Piauí	1	2.7%	Cocais	4	10,81%
Amarante	1	2.7%	Chapada Vale do Rio Itaim	3	8,11%
Barras	1	2.7%	Carnaubais	2	5,41%
Beneditinos	1	2.7%	Chapada das Mangabeiras	1	2,70%
Campo Maior	1	2.7%	Vale do Rio Canindé	1	2,70%
Colônia do Piauí	1	2.7%	Vale do Sambito	1	2,70%
Esperantina	1	2.7%	Vale dos Rios Piauíe Itauera	1	2,70%
Francisco Santos	1	2.7%	TOTAL	37	100,00%
Itauera	1	2.7%			
Juazeiro do Piauí	1	2.7%			
Madeiro	1	2.7%			
Manoel Emídio	1	2.7%			
Padre Marcos	1	2.7%			
Paquetá	1	2.7%			
Paulistana	1	2.7%			
Pio IX	1	2.7%			
Piracuruca	1	2.7%			
Simões	1	2.7%			
São João da Canabrava	1	2.7%			
Várzea Grande	1	2.7%			

Fonte: SSP-PI

O município de Teresina concentra o maior número de casos, com 9 feminicídios (24,3%), o que é esperado por ser a capital e a cidade mais populosa do estado. Parnaíba, segunda maior cidade, registrou 6 casos (16,2%). Dom Expedito Lopes aparece com 2 casos (5,4%), e os demais 20 casos distribuem-se por 20 municípios diferentes, cada um com 1 ocorrência. Por território de desenvolvimento, Entre Rios (que inclui Teresina) lidera com 11 casos (29,73%), seguido por Vale do Rio Guaribas com 7 casos (18,92%) e Planície Litorânea com 6 casos (16,22%).

GRÁFICO 05 – Série temporal de feminicídios de 2025



FONTE: SSP-PI

A análise mensal revela uma concentração expressiva de feminicídios no primeiro trimestre do ano. Março foi o mês mais letal, com 9 casos (24,32%), seguido por janeiro com 8 casos (21,62%). Somados, os dois meses representam quase metade de todos os feminicídios do ano (45,94%). Fevereiro, julho e dezembro registraram 3 casos cada (8,11%). Os meses de menor incidência foram junho, agosto e outubro, com apenas 1 caso cada (2,70%).

TABELA 06 – Tabela de referência cruzada raça e instrumento/meio

INSTRUMENTO/COR DA PELE	Branca		Negra	
	N	%	N	%
Arma Branca	3	60,00%	11	34,38%
Arma de Fogo	2	40,00%	5	15,63%
Envenenamento		0,00%	4	12,50%
Outros		0,00%	12	37,50%
TOTAL	5	100,00%	32	100,00%

FONTE: SSP-PI

O cruzamento entre o instrumento utilizado e a cor da pele revela diferenças no perfil da violência. Entre as vítimas brancas (5 casos), a arma branca predomina com 3 ocorrências (60%) e a arma de fogo com 2 (40%), não havendo registros de envenenamento ou outros métodos. Entre as vítimas negras (32 casos, pardas e pretas somadas), a distribuição é mais diversificada: arma branca em 11 casos (34,38%), seguida por outros instrumentos em 12 casos (37,50%), arma de fogo em 5 casos (15,63%) e envenenamento em 4 casos (12,50%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

FEMINICÍDIOS NO PI EM 2025: UMA REALIDADE REITERADA QUE EXIGE NOVAS PERSPECTIVAS DE ANÁLISE

Mariana Pereira Soares (PPGS/GEPEFEM/UFPI)

Marieli da Silva Resende (PPGS/ GEPEFEM /UFPI)

Rossana Maria Marinho Albuquerque (PPGS/ GEPEFEM/UFPI)

Tathiana Moreira Lima Bernardes (PPGS/ GEPEFEM/UFPI)

Mediante solicitação da Secretaria de Segurança Pública do Piauí (SSP/PI), o Grupo de Pesquisas em Violências de Gênero e Feminicídios (GEPEFEM/UFPI) analisou o relatório contendo a síntese dos dados relativos às ocorrências de feminicídios registradas no ano de 2025 e destacou aspectos que chamaram a atenção, seja no que se refere à configuração da letalidade, seja em lacunas observadas, que serão descritas acompanhadas de sugestões para o corpo técnico responsável por produzir e sistematizar os dados disponíveis ao público interessado.

Segundo o relatório disponibilizado, no ano de 2025 foram registrados 37 feminicídios no estado do Piauí, acompanhando uma média aproximada verificada nos últimos anos, de 33,2 casos. Apesar da aproximação com a média dos últimos cinco anos, deve-se observar a redução em relação ao ano de 2024, que registrou um total de 40 casos.

Nos dados apresentados e aqui analisados, constam informações sobre a) perfil das vítimas: faixa etária, recorte racial, vínculo entre as partes (autor/vítima); b) características dos crimes: local de ocorrência, registro de mês, dia e turno de ocorrência, instrumento/meio utilizado no crime, cidade e localização do Território de Desenvolvimento (TD); c) indicadores de denúncias registradas anteriormente ao feminicídio: dados sobre verificação da existência de registro de medida protetiva e de registro do boletim de ocorrência (B.O.). A respeito dos autores dos feminicídios, constam apenas informações nos dados relativos ao vínculo entre as partes.

A propósito de sistematizar a análise dos dados, agrupamos as observações por tópicos, nos quais destacamos os aspectos observados.

1. Perfil das vítimas no estado do Piauí

No ano de 2025, o Brasil assistiu a uma escalada de violências (FBSP, 2026), a expressão do que Segato (2022) denomina de guerra contra os corpos das mulheres e Gago (2020) nomeia como a guerra contra os corpos feminizados. Em termos nacionais, vimos uma diversidade de cenários, vínculos entre as partes, formas de crueldade empregadas e demonstração de ausência de constrangimento por parte dos autores das violências. Embora o cenário da letalidade de 2025 ainda esteja por ser melhor estudado e explicado, os dados preliminares sobre os feminicídios mostram uma escalada que deve mobilizar diferentes setores no intuito de reduzir os números da violência.

No Piauí, algumas características do cenário da letalidade feminicida nos despertam a atenção. Em relação à faixa etária, em 2025 o feminicídio vitimou todos os grupos. Houve predominância de mulheres adultas, acompanhando um padrão de anos anteriores, mas se observa a presença equivalente entre vítimas adolescentes e idosas.

Em termos raciais, os dados demonstram o que estudos anteriores indicam (Albuquerque; Aguiar; Macedo, 2025), de que há uma forte articulação entre violência de gênero e questão racial, havendo uma enorme desigualdade percentual entre as vítimas negras (86,5%) e as brancas (13,5%). Outros aspectos desta articulação letal (Collins, 2024) entre gênero e raça serão retomados mais adiante.

Com relação à autoria dos crimes, os dados nos permitem fazer algumas constatações:

a) no conjunto das ocorrências, há a clara presença de autores de convívio próximo das vítimas, indicando que as dinâmicas de segurança relativas à violência de gênero não obedecem à lógica de um risco oferecido por um sujeito desconhecido ou circunstancial.

Ao contrário, as relações de poder que concebem a mulher como objeto de posse e controle são produzidas no cotidiano íntimo das relações, atribuindo esse lugar de autoridade patriarcal a diferentes figuras masculinas, dentre elas companheiros, excompanheiros, irmãos, vizinho, cliente, amante, genro, dentre outros. Os dados identificam que 59,4% dos autores do assassinato possuíam histórico de vínculo íntimo/afetivo com suas vítimas e revelam uma dinâmica de relacionamentos pautada no controle dos corpos das mulheres de maneira a efetivar a mais brutal das violências, que é tirar a vida delas;

b) a notável presença de ex-companheiros (11,51%), seguida de autor com vínculo afetivo no contexto da ocorrência (29,7%), indica que há uma lógica de relação de posse e poder sobre a vida da mulher, existente durante o vínculo íntimo e quando da ruptura.

Os dados sobre ex-companheiros indicam que a ruptura, por parte da mulher, não é suficiente para cessar o continuum de violência. Igualmente se deve chamar atenção para a necessidade de políticas públicas que não se concentrem apenas no estímulo a denúncias ou na responsabilidade individual da vítima com sua segurança. A presença majoritária dos companheiros, complementada pelos autores ex-companheiros, indica que o problema reside na maneira como se produz essa masculinidade violenta, incapaz de conceber a mulher como sujeita livre em suas escolhas;

c) outro aspecto a ser observado é a variedade de vínculos existentes entre autores dos crimes e vítimas, o que indica o potencial risco de práticas de violências entre sujeitos masculinos de convívio próximo das mulheres. A variedade indica tanto o potencial de risco quanto a possibilidade de validação da violência praticada por outros homens, o que nos remete, mais uma vez, às análises de Segato (2025) sobre a afirmação da masculinidade violenta compartilhada entre homens. Os diferentes perfis de homens de convivência próxima das vítimas expõem as maneiras como a lógica patriarcal e misógina se produzem no cotidiano e como podem colocar em risco as vítimas, reforçando a necessidade de se observar como a violência é legitimada no contexto vivenciado e quanto esse fator pode reduzir a possibilidade de ruptura com esse ciclo por parte das mulheres que vivenciam tais situações.

Em consonância com o perfil majoritário de autores dos feminicídios, o local de maior frequência de ocorrência dos crimes foi a residência da vítima, outro indicador de como a lógica patriarcal se manifesta nesta modalidade de violência e que, mais do que indicar que a mulher não está segura na própria casa, revela que o espaço da casa é parte integrante das relações de poder violentas que são reiteradas nos cenários dos crimes (Albuquerque; Aguiar, 2021). Neste sentido, o livre acesso daqueles com quem se desenvolve uma relação de confiança se traduz em perigo quando estabelecidas circunstâncias de violência doméstica, como sugere a maioria dos casos.

Os demais locais registrados indicam a dimensão estrutural do problema, o que demanda olhares complexos capazes de pensar os diferentes contextos e riscos de letalidade vivenciados pelas mulheres, uma vez que se constata o risco potencial em outros locais.

Quanto ao instrumento/meio utilizado no crime, a arma branca foi a mais recorrente, apresentando um percentual expressivo, se comparada aos demais (37,8%). Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025, a “centralidade da arma branca nos feminicídios revela o caráter frequentemente interpessoal e íntimo desse tipo de violência, majoritariamente praticada por parceiros ou ex-parceiros no contexto doméstico” (FBSP, 2025, p. 159).

2. A articulação entre gênero e raça na realidade piauiense

No estado do Piauí, com base nos dados, é possível afirmar que a violência feminicida é patriarcal e racista. Para além do abismo proporcional entre mulheres negras e brancas já mencionado, outros dados do relatório foram observados.

Na análise bivariada que cruza raça e faixa etária, se pode notar as mulheres negras, especificamente as pardas, em todos os grupos etários, contrastando com as vítimas brancas, que ocuparam três grupos etários, principalmente jovens entre 25 e 29 anos. Entre as vítimas brancas, não se registrou ocorrência entre crianças e idosas, em contraste com as vítimas negras, que estão expostas em todas as fases da vida, segundo os dados analisados. Este alvo majoritário da letalidade feminicida no Piauí vem se reiterando ao longo dos anos, o que revela a necessidade da adoção de uma perspectiva interseccional (Collins; Bilge, 2021) no enfrentamento dessa realidade no estado.

Raça precisa ser notada enquanto categoria de análise nesta temática, não apenas pelo número exponencial de mulheres negras vítimas de feminicídio, mas também pela crueldade aplicada em cada meio de matá-las. Entre as categorias de ação estão envenenamentos, estrangulamentos, utilização de fios elétricos, dentre outros meios foram direcionados a esse grupo de mulheres, diferentemente do demonstrativo das mortes das mulheres brancas.

Com relação ao instrumento/meio utilizado no crime, se verificou que entre as vítimas negras foram utilizados todos os meios registrados, em contraste com as brancas, que aparecem em duas modalidades, o que demonstra a intensidade da crueldade de forma desproporcional, se compararmos os grupos por raça. O cruzamento de dados sobre vínculo entre as vítimas e tipo de instrumento utilizado seria importante para visualização das dinâmicas de violências e expressões das violências patriarcais.

3. A atenção para indicadores de risco: ampliando alguns olhares

Neste tópico, buscamos articular alguns dados observados separadamente, a partir das informações fornecidas, com o intuito de identificar potenciais de riscos e ampliar os olhares que possam contribuir para pensar na proteção das mulheres considerando as redes de poder em torno delas.

A respeito dos registros sobre o dia da semana no qual foi cometido o crime, o domingo é o dia predominante; porém, foram registrados feminicídios em todos os dias da semana. Apesar da maior frequência no domingo, os demais dias da semana, com exceção da quinta-feira, apresentam proporção semelhante entre si, indicando a presença permanente do risco e necessidade de políticas de proteção às mulheres em qualquer dia.

O domingo apresenta a especificidade de ser um dia com menor quantidade de serviços disponíveis e maior presença de pessoas no ambiente doméstico. Para extrair demais constatações relativas ao dia e horário dos crimes, seriam necessárias outras informações que permitissem melhor compreensão dos cenários da letalidade.

Para observar mais detalhadamente as dinâmicas de ocorrências dos crimes, o cruzamento de algumas variáveis se faz necessário: a) cruzamento de dados sobre tipo de instrumento/meio utilizado e local do crime, bem como tipo de instrumento/meio utilizado e vínculo entre as partes, com o intuito de verificar as particularidades e riscos oferecidos; b) cruzamento de dados entre registro de medida protetiva e recorte racial das vítimas, com o intuito de observar a exposição à letalidade; adotando parâmetro semelhante, o cruzamento de dados sobre registro de B.O. e recorte racial das vítimas, elemento que pode fornecer uma pista importante sobre fatores de risco e relação entre gênero e raça no contexto das violência feminicida no Piauí.

Em termos de distribuição espacial dos crimes, houve registros em 23 municípios do estado. Teresina (capital) e Parnaíba permanecem como cidades onde predominam os crimes. Embora sejam cidades onde haja maior densidade populacional em relação a outros municípios, são contextos em que há maior presença de serviços, fator que indica a existência de fragilidades na proteção das mulheres.

Em relação às ocorrências considerando a territorialização do estado e o modelo de Territórios de Desenvolvimento (TD), foram observados os seguintes aspectos: a) o território Entre Rios, onde está localizada a capital do estado, permanece como o de maior concentração dos casos, somando quase 30% das ocorrências;

b) não houve registros nos territórios Tabuleiro do Alto Parnaíba e Serra da Capivara, o que demanda um olhar detalhado capaz de identificar se houve melhora na proteção das mulheres nos referidos contextos, se há possibilidade de feminicídio notificado como homicídio ou morte a esclarecer; c) observando a dimensão territorial de acordo com a distribuição física dos TDs, se observa a maior concentração de feminicídios mais à metade norte do estado¹, com várias ocorrências nos territórios de entorno do Entre Rios. Com relação a esses aspectos, o cruzamento com outros indicadores seria importante para verificar os perfis de desenvolvimento territorial e a situação social das mulheres, bem como sua exposição a demais formas de vulnerabilidades.

Com relação aos meses do ano, não foi observado aspecto relevante com base nas informações obtidas. O cruzamento entre mês e território de ocorrência poderia fornecer um panorama no qual fosse possível verificar se há alguma relação com as dinâmicas locais dos contextos, datas significativas que potencializem a letalidade ou concentração de crimes em um período de tempo e lugar.

4. Lacunas observadas e algumas sugestões

Entre os dados analisados, identificamos algumas lacunas relevantes para a compreensão desta realidade. Discorremos sobre os tópicos, ao tempo em que sugerimos a inclusão das informações em relatórios futuros, de modo a aprofundar a visualização desta complexa realidade.

A primeira observação é com relação à identidade de gênero das mulheres. Não constam informações sobre a existência de mulheres transgênero ou travestis no conjunto dos dados. Presumimos a cisgeneridade das vítimas, mas a menção explícita da classificação é necessária. O detalhamento se faz importante, para que se observe o cenário de violência e riscos potenciais em perspectiva interseccional, considerando os diferentes contextos vivenciados pelas mulheres. Uma vez que o Piauí vem produzindo dados sobre a população LGBTQIAPN+, a inclusão dessas informações nos relatórios sobre os feminicídios tornaria os documentos mais completos em seu conjunto de dados e posicionaria o Piauí, mais uma vez, como vanguarda nesta temática tão cara às mulheres e à segurança pública.

¹ Em um breve contraste visual, é possível observar a concentração dos feminicídios da metade do mapa para cima, em direção ao norte do estado.

Com relação aos dados sobre registros de B.O. ou existência de medida protetiva, seria interessante que, a partir da conjugação desses dados, se mapeie o histórico de procura a serviços públicos que possam rastrear um possível continuum de violência sofrido por essas mulheres. Assim, será possível identificar se tiveram acesso a políticas de enfrentamento da violência e em que ponto as instituições podem ter falhado no que se refere à proteção daquela mulher. Considerando a forte presença de autores de feminicídios com vínculo íntimo com as vítimas, é importante observar se as redes de poder em torno das mulheres produzem inibição de denúncias.

A ausência de boletins de ocorrência (29,75%) e de medidas protetivas (89%) nos casos de feminicídio apresentados denunciam alguns pontos que devem ser levados em consideração pelos gestores e executores de políticas de enfrentamento à violência contra a mulher de forma preventiva, estando estes evidenciados na identificação prévia do risco, na subnotificação da violência doméstica e nas barreiras presentes no acesso à justiça e em serviços de acolhimento. Quanto às medidas protetivas de urgência, ressalta-se que o desafio a ser encarado não é apenas a ineficácia delas em si, mas, sobretudo, a sua não solicitação por parte de mulheres que se encontram em cenários de alto risco.

Chamamos atenção também para a ausência de informações sobre o perfil do agressor (faixa etária, raça, ocupação, histórico criminal etc.), elemento fundamental para compreender o contexto da violência em seu conjunto e vislumbrar estratégias de prevenção. Ainda sobre os autores das violências, estão ausentes informações sobre o status das investigações: se os autores foram presos, se cometeram suicídio, se estão foragidos, de modo a visualizarmos como tem sido o trabalho da segurança pública no acompanhamento dessas situações.

Destaca-se também a relevância de informações sobre o contexto socioeconômico e educacional: os dados não informam o nível de escolaridade ou ocupação das vítimas e agressores. Essas variáveis são importantes para entender o contexto social de ambos, bem como as possíveis barreiras encontradas pelas mulheres para a garantia de proteção de suas vidas.

Outro dado importante a ser observado é a menção sobre se os crimes foram presenciados pelos filhos ou outros familiares, aspecto fundamental para dimensionar o impacto psicossocial do feminicídio na estrutura familiar.

Por fim, com esta breve análise dos dados sobre o feminicídio no Piauí, no ano de 2025, o GEPEFEM tem por intuito contribuir para o fortalecimento da relação entre universidade e instituições, colaborar com a expertise de pesquisadoras para a análise de dados, apresentando aspectos de uma perspectiva sociológica interessada na redução destes números e efetiva proteção das mulheres.

Entendemos que a complexidade do fenômeno do feminicídio exige esforços múltiplos, intersetoriais e, neste sentido, compreendemos que o exercício analítico aqui desenvolvido é uma tarefa de relevância para as instituições envolvidas e para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Rossana Maria Marinho; AGUIAR, João Marcelo Brasileiro de. Espaço da casa, cenário da morte: uma abordagem interseccional sobre os feminicídios no estado do Piauí no contexto da pandemia. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 12, n. 2, p. 93-115, 2021. ISSN 2177-2886.

ALBUQUERQUE, Rossana Maria Marinho; AGUIAR, João Marcelo Brasileiro de; MACÊDO, Leticia Braz de. **Gênero, raça e território na análise dos feminicídios**. Encontros Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), n. 48, p. 1-21, anual. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9718>. Acesso em: 23 jun. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. **Intersecções Letais: raça, gênero e violência**. São Paulo: Boitempo, 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, **19º Anuário de Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, Fórum Brasileiro de Segurança Pública FBSP. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/09/anuario-2025.pdf>. Acesso em: 19 de mar. 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Retratos dos feminicídios no Brasil**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2026/03/nota-tecnica-dia-mulher-2026.pdf>. Acesso em: 22 mar 2026.

GAGO, Verônica. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante: 2020.

SEGATO, Rita. **Cenas de um pensamento incômodo: gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

SEGATO, Rita. **Estruturas elementares da violência**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2025.

PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: A EXPERIÊNCIA DA SALA LILÁS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Francisca Nayara Abreu Marques¹
Ana Kely da Silva Braga²
Glenda Gabriely Barroso Fontinele³

RESUMO

A violência de gênero contra a mulher é uma problemática que continuamente merece atenção, cuidado e políticas eficazes para o enfrentamento desse fenômeno, historicamente enraizado e perpetuado nos mais diversos espaços sociais, inclusive nas universidades. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo refletir sobre a experiência da Sala Lilás presente na Universidade Federal do Piauí (UFPI), compreendendo-a como um dispositivo de acolhimento e enfrentamento à violência, destacando o seu papel preventivo. Metodologicamente o artigo enquadra-se em um relato de experiência, de natureza qualitativa e abordagem descritiva, abordando o processo de criação da Sala Lilás, seu surgimento, objetivos, protocolos de atendimento, dinâmica de funcionamento e estratégias preventivas adotadas. Para isso, foram utilizados cartilhas, documentos institucionais, relatórios, entre outros documentos, somados à literatura que compõe a temática, como forma de enriquecer o relato. Diante disso, compreende-se que a violência contra a mulher é um fenômeno de grande complexidade, sendo cada vez mais necessário o fortalecimento de estratégias institucionais no âmbito da prevenção, com vistas à promoção de uma cultura universitária pautada no respeito, na equidade e na garantia de direitos, apesar dos desafios ainda existentes.

Palavras-chave: Violência de gênero contra a mulher. Universidade. Sala Lilás. Prevenção. Políticas institucionais.

¹ Assistente Social formada pelo Centro Universitário Santo Agostinho, pós-graduada em Seguridade Social; Saúde, Previdência e Assistência Social. E-mail: nayara_abreumarques@hotmail.com

² Assistente Social formada pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: bragaanakely@gmail.com

³ Psicóloga formada pela Universidade Estadual do Piauí, pós-graduada em Psicoterapia Corporal. E-mail: ggabriely0@outlook.com

ABSTRACT

Gender-based violence against women is an issue that continually requires attention, care, and effective policies to address this phenomenon, which is historically rooted and perpetuated across diverse social spaces, including universities. In this context, the present study aims to reflect on the experience of the Sala Lilás at the Universidade Federal do Piauí (UFPI), understanding it as a support and intervention mechanism in situations of violence, with emphasis on its preventive role. Methodologically, the article is characterized as an experience report of a qualitative nature and descriptive approach, addressing the process of creating the Sala Lilás, its emergence, objectives, service protocols, operational dynamics, and the preventive strategies adopted. To this end, booklets, institutional documents, reports, among other materials, were used, in addition to literature on the subject, in order to enrich and substantiate the report. It is thus understood that violence against women is a highly complex phenomenon, making it increasingly necessary to strengthen institutional prevention strategies aimed at promoting a university culture grounded in respect, equity, and the guarantee of rights, despite the ongoing challenges.

Keywords: Gender-based violence against women. University. Sala Lilás. Prevention. Institutional policies.

INTRODUÇÃO

A violência de gênero contra a mulher é um fenômeno na história da humanidade gravíssimo, tendo esta um cunho multifatorial, ou seja, seu surgimento perpassa por questões históricas, sociais, políticas e econômicas. Dentre estes cabe ressaltar que a cultura patriarcal e machista vem ao longo dos tempos reforçando as desigualdades entre os gêneros nos mais diversos espaços, inclusive nas universidades, dando margem e permissão para que as violências aconteçam em seus diversos formatos.

Nesse ínterim, segundo o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2025), tem-se que a violência de gênero contra a mulher caracteriza-se como qualquer conduta, seja ela por ação ou omissão, de discriminação, agressão ou coerção, motivada pelo fato de ser mulher, que conseqüentemente provoque dano, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social, político, econômico, perda patrimonial ou morte.

Diante disso, dentre os tipos de violências mais clássicos tem-se a física, psicológica, sexual, moral e patrimonial, mas há de se considerar e difundir também as outras roupagens que elas têm se apresentado, como também a institucional, digital (ou cyberbullying), apontado por (FURLIN; GRAUPE, 2014).

Assim, percebe-se que a problemática além de ter raízes profundas, assume diversas facetas, estando presente praticamente em todos os ambientes, a saber, também nas universidades, necessitando assim de políticas eficazes que combatam este mal, deixando a sociedade um ambiente mais seguro para que as mulheres possam pulsar em suas vidas de formas mais livres e despidas de medo.

Diante disso, tem-se que as universidades também têm sido um cenário lamentável onde diversas violências também estão ocorrendo, alguns casos culminando até mesmo em feminicídio, como o triste e revoltante caso de Janaína Bezerra ocorrido na Universidade Federal do Piauí em 2023.

Diante de tais questões, nota-se que está havendo uma movimentação na contemporaneidade pertinente no tocante ao tema da violência de gênero contra a mulher, a começar pelo Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação, que embora não tenha uma ligação direta, beneficiará também, de alguma maneira, a causa. O plano é uma iniciativa do Governo Federal (Decreto nº 12.122/2024) adotada por ministérios e órgãos até o início de 2025, e ele visa prevenir e combater o assédio (inclusive moral e sexual) e a discriminação no ambiente institucional; acolher as vítimas, garantindo meios eficazes de suporte e denúncia; promover uma cultura dentro dos ambientes que tem por base o respeito, a equidade e inclusão, além de apurar e responsabilizar as condutas inadequadas quando acontecerem. (BRASIL, 2024).

Além disso, destaca-se o surgimento da Sala Lilás, que dialoga e se conecta intimamente ao Plano Setorial, atuando - neste caso - em um nível mais específico, voltada à violência contra a mulher. Ela tem como foco fornecer um espaço com acolhimento humanizado; atendimento psicossocial e encaminhamento à rede de proteção, podendo ser no campo da saúde, assistência social e/ou justiça.

A Sala Lilás já é uma realidade em alguns estados e espaços, incluindo a Universidade Estadual do Piauí (UFPI) que teve sua Sala Lilás inaugurada em agosto de 2025, fruto de uma parceria entre a Secretaria de Segurança Pública do Piauí (SSP-PI) e a Universidade, ambas com o intuito de lograr uma realidade diferente, onde as mulheres se sintam mais seguras e as violências não passem impunemente.

Para tanto, destaca-se a importância tanto do enfrentamento, mas também da prevenção que estará agindo, sobretudo, nas raízes de tal grande problemática, ainda que a paços sutis.

Diante do exposto, o presente artigo objetiva relatar a experiência da Sala Lilás que funciona dentro da UFPI enquanto dispositivo de acolhimento, enfrentamento e prevenção às violências de gênero contra a mulher. Assim, trata-se de um relato de experiência, de natureza qualitativa e descritiva, baseado nas vivências e estratégias que estão sendo desenvolvidas no âmbito desse espaço institucional, com foco nas ações preventivas.

Tal estudo tem o intuito também de contribuir para discussão acerca das políticas institucionais de prevenção, além do fortalecimento de práticas que se alinhem ao direito das mulheres no contexto universitário, além de garanti-los. Promovendo assim segurança, liberdade e vida para as mulheres.

METODOLOGIA

O presente artigo é organizado sob o viés de um relato de experiência, de natureza qualitativa e abordagem descritiva, a partir das vivências e estratégias de cunho preventivo que estão sendo desenvolvidas no âmbito da Sala Lilás da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Segundo Mussi, Flores e Almeida (2021) tem-se que o relato de experiência produz conhecimento a partir de vivências sejam elas de cunho acadêmico e/ou profissional, tendo como característica essencial a descrição analítica da intervenção realizada. Assim, a natureza qualitativa justifica-se pelo enfoque reflexivo no tocante às práticas desenvolvidas, enquanto o caráter descritivo evidencia-se na sistematização das ações preventivas implementadas. Metodologicamente, o estudo percorre o processo de criação da Sala Lilás, caminhando pelo seu surgimento, objetivos, protocolos de atendimento e dinâmica de funcionamento e estratégias preventivas adotadas. Para isso, foram utilizados cartilhas, documentos institucionais, relatórios, entre outros documentos, somados à literatura pertinente, como forma de fundamentar e enriquecer o estudo.

SURGIMENTO DA SALA

A Sala Lilás – Janaína da Silva Bezerra foi instituída a partir de uma parceria entre a Secretaria da Segurança Pública do Estado do Piauí (SSP-PI) e a Universidade Federal do Piauí (UFPI), formalizada por meio da assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2025, dialogando com o Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação da UFPI. A parceria teve como objetivo a implantação conjunta da Sala Lilás no âmbito universitário, consolidando-a como um programa permanente de prevenção e enfrentamento às violências de gênero e assédios contra a mulher.

A iniciativa visa oferecer um espaço institucionalizado de acolhimento especializado, escuta qualificada e acompanhamento às mulheres que desejem realizar denúncias de forma segura e sigilosa. O serviço contempla situações de violência de gênero e assédios ocorridos no ambiente universitário, bem como casos de violência doméstica vivenciada no contexto familiar, desde que haja vínculo da vítima com a UFPI.

Dessa forma, a Sala Lilás se configura como um mecanismo de proteção e garantia de direitos, articulando ações de apoio, orientação e encaminhamento dentro da comunidade acadêmica.

Importante destacar a relevância dessa parceria tendo em vista a urgência dessa temática transversal e a formação de redes de apoio no ambiente acadêmico uma vez que a violência de gênero perpassa todos os contextos sociais incluindo o contexto universitário sendo obstáculo para desenvolvimento, qualificação pessoal e segurança afetando diretamente a sua qualidade de vida ainda que tenha acessado o espaço acadêmico. A Sala Lilás vem com o intuito de prevenção, acolhimento, orientação e proteção das mulheres. O serviço objetiva um atendimento humanizado pautado na psicoeducação que fomente o poder decisório e o desenvolvimento da autonomia.

Diante desse contexto, a implementação da Sala Lilás exigiu não apenas a criação de um espaço de acolhimento, mas também a elaboração de um protocolo interno de atendimento que orientasse sua operacionalização de forma sistemática e qualificada.

Esse instrumento organiza os fluxos institucionais, define diretrizes profissionais e padroniza as práticas do serviço, constituindo-se como elemento essencial para a consolidação da Sala Lilás enquanto dispositivo institucional de acolhimento, cuidado e proteção das mulheres. Nesse sentido, apresenta-se, a seguir, a descrição do protocolo e do funcionamento da Sala Lilás, destacando sua estrutura organizacional, seus fluxos de atendimento e os eixos que orientam sua atuação.

PROTOCOLO E FUNCIONAMENTO

A institucionalização da Sala Lilás no âmbito da Universidade Federal do Piauí constituiu não apenas a criação de um espaço físico de acolhimento, mas também demandou a elaboração de instrumentos técnicos capazes de orientar, normatizar e qualificar as práticas profissionais desenvolvidas. Nesse contexto, foi estruturado o Protocolo Interno de Atendimento da Sala Lilás – Janaína da Silva Bezerra, concebido como um instrumento técnico-normativo que sistematiza os fluxos, procedimentos e diretrizes que orientam o atendimento às mulheres em situação de violência de gênero e assédio no contexto universitário.

O protocolo é fundamental para assegurar a padronização das intervenções, a qualificação do atendimento e a consolidação da Sala Lilás como um dispositivo institucional de cuidado e proteção das mulheres no ambiente da universidade. Dessa forma, o protocolo traduz seus princípios em práticas organizadas, éticas e alinhadas às políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher.

O funcionamento da Sala Lilás estrutura-se a partir de três eixos estratégicos de atuação: o eixo de prevenção, o eixo de enfrentamento e o eixo de formação e articulação.

O eixo de prevenção compreende ações educativas e formativas, como palestras, rodas de conversa, seminários, campanhas institucionais e divulgação do serviço no ambiente acadêmico e nas plataformas digitais, visando promover a conscientização, prevenir a ocorrência de violências e fortalecer a cultura institucional de respeito e equidade de gênero.

O eixo de enfrentamento corresponde à disponibilização de atendimento psicossocial especializado, incluindo acolhimento, escuta qualificada, avaliação de risco, elaboração de plano individual de atendimento, orientações técnicas e encaminhamentos à rede de proteção e responsabilização, quando necessário. Já o eixo de formação e articulação envolve qualificação profissional, reuniões interinstitucionais e articulação com a rede de proteção, com o objetivo de fortalecer os fluxos de atendimento, ampliar a capacidade institucional de resposta e qualificar as estratégias de intervenção.

No âmbito do eixo de enfrentamento, o fluxo de atendimento inicia-se com o acolhimento e a escuta qualificada, entendidos como instrumentos fundamentais para a compreensão das demandas apresentadas e para a construção de estratégias de intervenção adequadas à realidade de cada mulher atendida. Quando a situação relatada ocorre no contexto universitário, as vítimas são orientadas sobre os procedimentos institucionais e os mecanismos formais de denúncia, incluindo o registro junto à Ouvidoria pelo site **Fala.Br**.

Nos casos em que a violência ocorre em outros contextos, são realizadas orientações e encaminhamentos à rede intersetorial de proteção, assegurando o acompanhamento conforme avaliação técnica e interesse da usuária. Todo o processo é conduzido com base nos princípios do sigilo profissional, do respeito à autonomia das mulheres e do atendimento humanizado e livre de julgamentos.

Como parte do processo de consolidação do serviço, a Sala Lilás dispõe de dados institucionais referentes ao período de agosto de 2025 a janeiro de 2026, que evidenciam a relevância e o alcance das ações desenvolvidas. Nesse intervalo, foram realizados 80 atendimentos psicossociais. Dentre esses, 15 mulheres formalizaram denúncia nos canais institucionais competentes, e 15 permanecem em acompanhamento e monitoramento contínuo pela equipe técnica da Sala Lilás, demonstrando o papel do serviço não apenas no acolhimento inicial, mas também no suporte longitudinal às usuárias.

No que se refere às ações coletivas e preventivas, incluindo palestras, reuniões, campanhas e rodas de conversa, o serviço alcançou um público total de 652 pessoas, evidenciando sua atuação no campo da prevenção. Além disso, as ações de divulgação institucional realizadas nos últimos 90 dias por meio das redes sociais atingiram um alcance aproximado de 89,3 mil visualizações, contribuindo significativamente para a ampliação da visibilidade do serviço, o fortalecimento da rede de apoio e a ampliação do acesso das mulheres ao atendimento especializado.

Destaca-se que a Sala Lilás da Universidade Federal do Piauí encontra-se em processo contínuo de estruturação, aperfeiçoamento dos fluxos de atendimento e consolidação dos instrumentos de registro e monitoramento de dados.

Nesse sentido, observa-se que a criação da Sala Lilás e a implementação de seu protocolo de atendimento constituem processos interdependentes e complementares, que possibilitam não apenas a existência formal do serviço, mas sua efetiva operacionalização e consolidação enquanto política institucional de acolhimento, proteção e garantia de direitos das mulheres no ambiente universitário. Para além do atendimento às situações já ocorridas, a atuação da Sala Lilás fundamenta-se também em uma perspectiva preventiva, reconhecendo a prevenção como eixo estratégico para o enfrentamento das violências de gênero e assédios. Nessa direção, o serviço desenvolve ações voltadas à sensibilização, orientação e promoção de uma cultura institucional pautada no respeito, na equidade e na não violência, conforme será abordado no tópico a seguir.

PREVENÇÃO

Sabe-se que a Violência contra a Mulher é um fenômeno multicausal e está enraizada em nossa sociedade. É necessário que seja cultivado no corpo social a desconstrução de estereótipos que contribuem para esse contexto que tem ceifado a vida de tantas mulheres. Nesse sentido, a prevenção é um fator de grande relevância e um caminho a ser trilhado como forma de mudança de cenário.

Ao se falar em prevenção podemos entendê-la como um compilado de práticas que visam evitar ou minimizar a ocorrência de problemas (PORTAL LUCIDARIUM, 2025).

Dessa forma, ações preventivas no âmbito da Violência de Gênero contra a Mulher são imprescindíveis tanto no sentido de evitar que o problema aconteça quanto no intento de atender as necessidades da mulher quando a violência já tem acontecido socializando informações sobre a rede de proteção a esse segmento e buscando a punição do agressor.

No contexto brasileiro, a lei 11.340 de 2006 (Lei Maria da Penha) é um marco importante na efetivação dessa prevenção tendo em vista que ela cria mecanismos para prevenir, coibir, e erradicar a Violência contra a Mulher adotando medidas integradas por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais seguindo diretrizes específicas. Somado a isso temos a Política Nacional de enfrentamento a Violência contra a Mulher de 2011 que propõe ações no âmbito preventivo com o objetivo de desconstruir mitos, estereótipos de gênero e padrões sexistas que perpetuam a desigualdade entre homens e mulheres nas relações de poder assim como a Violência contra as Mulheres.(BRASIL, 2011)

Nesse contexto, podemos citar também a criação, em 2023, do Ministério das mulheres, que:

propõe um novo Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios a partir da mudança de paradigma na política voltada à redução dos feminicídios tendo como eixos estruturantes a prevenção de todas as formas de violência basead em gênero contra todas as mulheres e meninas em sua diversidade.(BRASIL, 2023, p. 23)

Dessa forma, o Ministério das Mulheres é um importante avanço na luta pela efetivação de direitos dessa parcela da população que tem sofrido os mais diversos tipos de violência, tendo como fundamento a misoginia.

É importante ressaltar que foi em agosto de 2023 através decreto nº 11.640/2023, que se concretizou a instituição do Pacto Nacional de Prevenção ao Feminicídio - PNPF, sendo esse um instrumento que visa a articulação e a operacionalização do que está proposto na Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. O documento em questão cita três níveis de prevenção: prevenção primária, prevenção secundária e prevenção terciária. De acordo com o PNPF, na prevenção primária as ações são planejadas com o intuito de evitar que a violência aconteça e instigar a mudança de comportamento baseada nos estereótipos de gênero promovendo assim uma cultura de respeito sem discriminação e/ou misoginia. A prevenção secundária é focada na intervenção precoce e qualificada buscando “evitar a repetição e o agravamento da discriminação e da violência com base no gênero e em suas interseccionalidades”(BRASIL, 2023, p. 40). Por sua vez, na prevenção terciária o cerne seria a atuação nos impactos da violência, da discriminação e misoginia no sentido da garantia e do acesso aos direitos de forma integral.

A partir disso, é indubitável a relevância da prevenção e de sua transversalidade em todas as políticas voltadas para as mulheres, seja em um contexto mais amplo, seja num contexto mais específico, como é o caso da UFPI. A Sala Lilás ao ser instalada na universidade, apesar de atuar no acolhimento e proteção das mulheres vítimas de assédios e outras violências, a sua operacionalização não se resume a isso, uma vez que, segue um protocolo de funcionamento com três eixos de atuação sendo um deles, a prevenção.

Para a concretização das ações desse eixo a equipe psicossocial da Sala Lilás busca a inserção em todos os centros e núcleos da UFPI fomentando parcerias e articulando rodas de conversas, palestras assim como outras formas de debates que problematizam a temática central que é a segurança das mulheres no contexto acadêmico.

A Sala lilás atua com base nos três tipos de prevenção já citados nesse texto, operacionalizando ações socioeducativas, de acolhimento especializado e articulação com a rede de proteção social do estado.

No âmbito da prevenção primária as ações planejadas pela a equipe técnica são mais voltadas para a psicoeducação, explicitando o que é considerado violência contra a mulher, incluindo situações de Assédio Moral, muito presente dentro da universidade.

Vale ressaltar que essas ações socioeducativas também são planejadas para fora dos muros da UFPI como, por exemplo, em escolas do ensino médio, considerando que os alunos desse contexto futuramente irão ingressar no ensino superior e trabalhar mais cedo a desconstrução de estereótipos e de hábitos enraizados que culminam para a misoginia e discriminação pode a longo prazo contribuir para o cenário acadêmico mais seguro para as mulheres.

Quando se fala em prevenção secundária e terciária, presumimos um diagnóstico precoce. Nesses eixos, de forma conjunta, a equipe da Sala Lilás trabalha com gestão de risco onde acolhemos a vítima seguindo o protocolo de atendimento, e após discutir o caso entre a equipe, analisamos o risco a que a mulher está exposta. Em casos mais graves utilizamos o Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida (FRIDA), criado para prevenir e enfrentar crimes no âmbito da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, o documento traz perguntas cujas respostas indicam, de forma objetiva, o grau de risco em que a vítima mulher se encontra.(BRASIL, 2021) Após essa análise conversamos com a vítima sobre a situação e indicamos as possibilidades e os caminhos que ela pode seguir, apresentado a rede de serviços disponíveis e ressaltamos a importância da denúncia para a responsabilização do(s) autor(es) da violência e para evitar que algo mais grave aconteça.

Um desafio dentro da UFPI é desconstruir a incredulidade na responsabilização de quem pratica Assédio e outras formas de Violência contra a Mulher. A maioria dos relatos giram em torno do medo de retaliações e presumem que a denúncia não vai levar a lugar nenhum. Nesse sentido a equipe técnica da sala busca articulação com os setores responsáveis da UFPI para normatizar um fluxo de denúncia bem definido com encaminhamentos e punições claras independentes de quem seja o agressor ou assediador e dessa forma passar uma sensação de segurança maior para a vítima se colocando como um espaço justo, sem lugar para qualquer tipo de violência contra a Mulher.

Os profissionais que compõem a equipe da Sala Lilás enquanto profissionais articulados e compromissados com a luta por efetivação de direitos reconhecem a necessidade de medidas mais efetivas de combate a violência dentro da universidade, e paralelamente considera a prevenção como melhor caminho para transformar esse contexto a longo prazo.

CONCLUSÃO

Este artigo para além de um relato de experiência espera colocar em cheque a importância da abordagem dessa temática em todos os âmbitos sociais tendo em vista que ela perpassa todos eles.

No âmbito das universidades é algo que precisa ser disseminado com urgência uma vez que a universidade como espaço plural de formação acadêmica e até mesmo pessoal deve se impor como espaço de respeito e não violência contra a Mulher. Sabemos que é algo que precisa tanto de ações imediatas quanto de longo prazo, especialmente as voltadas para a prevenção, e no caso da UFPI reconhecemos que o primeiro passo em direção a um ambiente sem assédio e outras violências já foi dado.

A violência contra a Mulher por ser um problema global não pode ser enfrentada de forma unilateral devendo haver articulação entre os órgãos públicos competentes, a exemplo disso trouxemos neste artigo a criação da Sala Lilás - Janaína da Silva Bezerra que foi criada a partir de uma parceria entre órgão federal e estadual. Vale ressaltar a importância do serviço oferecido por essa considerando que essa atua no sentido de acolher, orientar e desnaturalizar as condutas que se configuram como assédios ou violência de gênero contra a mulher.

Por fim, os desafios postos em tela, apesar de ser uma barreira na efetivação dos direitos das mulheres dentro da UFPI, não podem se tornar pressuposto do comodismo, devendo os profissionais buscar novas formas e estratégias de intervenção sempre pensando na segurança das mulheres dentro da UFPI.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério das Mulheres. Ministério das Mulheres institui Plano de Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação. Gov.br, 13 fev. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2025/fevereiro/ministeriodas-mulheres-institui-plano-de-enfrentamento-ao-assedio-e-a-discriminacao>.

Acesso em: 09 fev. 2026.

Brasil. Presidência da República. Decreto nº 11.640, de 25 de dezembro de 2023. Institui o

Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios. 2023.

Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/pactonacional-de-prevencao-aos-feminicidios>. Acesso em: 15 fev. 2026.

Brasil. Ministério das Mulheres. Formulário nacional de risco e proteção à vida (FRIDA). 2023.

Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/ligue180/FormulrioFRIDA.pdf/view>. Acesso em: 15 fev. 2026.

BRASIL. Lei Maria da Penha: LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 11 de fev de 2025.

Brasil. Ministério das Mulheres. Pacto nacional de prevenção aos feminicídios. Brasília, DF: 2023.

Disponível em: <https://share.google/vtOQqDDrvL6Lr416B>

Acesso em: 10 fev. 2026.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres. Brasília, DF: 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/sev/pacto/documentos/politica-nacional-enfrentamentoa-violencia-versao-final.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2026.

CONCEITO DE PREVENÇÃO: ORIGEM, DEFINIÇÃO E SIGNIFICADO. Lucidarium, 2025.

Disponível em: <https://lucidarium.com.br/conceito-de-prevencao-origem-definicao-esignificado/#google_vignette/> Acesso em: 10 de fev de 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Nota técnica sobre atuação profissional da psicóloga com mulheres em situação de violências. Brasília, 2025. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2025/08/nota_tecnica_violencia_genero.pdf>.

Acesso em: 06 fev. 2026.

FURLIN, Neiva; GRAUPE, Mareli Eliane. Violências de gênero nas universidades: prevenção e enfrentamento / organização Neiva Furlin, Marile Eliane Graupe. – Joaçaba: Editora Unoesc, 2024.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Cláudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60–77, 2021.

Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-26792021000500060> Acesso em: 19 fev. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI); SECRETARIA DE SEGURANÇA DO ESTADO DO PIAUÍ (SSP-PI). Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2025. Teresina: UFPI/SSP-PI, 2025.

Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-diario-oficial-da-uniao>>. Acesso em: 11 fev. 2026.

1º BOLETIM DE DADOS DE FEMINICÍDIO NO PIAUÍ



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ



SUPERINTENDÊNCIA
DE CIDADANIA E
DEFESA SOCIAL



SECRETARIA
DA SEGURANÇA PÚBLICA
SSP-PI

